

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.376 - RN (2019/0359698-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : FÁBIO JACKSON SOARES BARBOSA DAS NEVES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por FÁBIO JACKSON SOARES BARBOSA DAS NEVES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte no julgamento do HC n. 0805533-11.2019.820.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes), à pena de 8 anos, 1 mês e 29 dias de reclusão, em regime inicial fechado, negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS COM LIMINAR. PACIENTE CONDENADO PELO CRIME DO ART. 33, CAPUT, DA LEI N. 11.343/06. PRETENSÃO DE RELAXAMENTO DE PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DEMONSTRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. CONHECIMENTO E DENEGACÃO DA ORDEM (fl. 60).

No presente recurso, sustenta ser ilegal a custódia decorrente, exclusivamente, de sentença penal ainda não transitada em julgado quando ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Aponta que o recorrente permaneceu em liberdade por um ano e meio e, durante este período, não se envolveu em nova prática delituosa, bem como cumpriu com as

Superior Tribunal de Justiça

medidas alternativas impostas pelo Juízo de primeiro grau.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator